

PS leva à ministra do Mar as legítimas reivindicações dos pescadores de Caminha e Vila Praia de Âncora

O deputado do PS José Manuel Carpinteira perguntou ao Governo se está disponível para acautelar os interesses das comunidades piscatórias de Caminha e Vila Praia de Âncora que serão afetadas pela instalação de uma central eólica para a produção de energia elétrica, denominada Central Eólica Offshore Windfloat Atlantic, ao largo de Viana do Castelo.

Este empreendimento, “de grande interesse para a região e para o país”, irá naturalmente “provocar alguns efeitos colaterais às comunidades piscatórias locais”, apontou o socialista. Desta forma, esses efeitos “poderão comprometer a sustentabilidade económica e social das empresas que desenvolvem a sua atividade na área de implantação do projeto”, explicou o parlamentar.

José Manuel Carpinteira recordou que a EDP Renováveis e o Executivo estão “em negociações com cerca de 16 armadores que habitualmente utilizam a zona de pesca por onde vai passar o cabo de energia da central eólica para uma justa indemnização”.

No entanto, o Grupo Parlamentar do PS teve “conhecimento de que a Associação de Pescadores Profissionais do Rio Minho e Mar não foi chamada à mesa das negociações e, por isso, manifesta a sua elevada preocupação por não estarem a ser acautelados os interesses das comunidades piscatórias de Caminha e Vila Praia de Âncora”.

Segundo o socialista, “estes pescadores estão a ser fortemente discriminados, porque, por um lado, não são chamados às negociações para eventual indemnização, e, por outro lado, terão as zonas onde mais exercem a sua atividade sobrecarregadas com os armadores que operavam na área de implantação da central eólica”.

Por isso, os deputados do PS querem saber se a ministra do Mar vai resolver esta situação, “acautelando os legítimos interesses” destas comunidades piscatórias.